

Direito

Diagnóstico sobre o tratamento do patrimônio espeleológico no âmbito dos Estados da Federação, Distrito Federal e União nos processos de licenciamento e autorização

Nayara Adriana Medeiros Ferreira - Nayara Adriana Medeiros Ferreira - 7º módulo de Direito, UFLA, bolsista

Maria Luisa Machado de Oliveira - Maria Luisa Machado de Oliveira- 9º módulo de direito, UFLA, bolsista

Luiza Cruz Amorim - Luiza Cruz Amorim - 7º módulo de Direito, UFLA, voluntária

Helena Tavares Penha - Helena Tavares Penha - Advogada, especialista em Direito Ambiental, pesquisadora/ bolsista

Karen Ribeiro da Silva - Karen Ribeiro da Silva - Bióloga e Especialista em Biologia, pesquisadora/bolsista

Ana Luiza Garcia Campos - Dra. Ana Luiza Garcia Campos - Professora do Departamento de Direito, UFLA, analuizacampos@ufla.br. Orientadora - Orientador(a)

Resumo

O presente resumo apresenta o projeto de pesquisa “Diagnóstico sobre o tratamento do patrimônio espeleológico no âmbito dos Estados da Federação, Distrito Federal e União nos processos de licenciamento e autorização”, desenvolvido em parceria com a UFLA, ICMBio e IABS, no âmbito do NEDAM/UFLA. A iniciativa busca compreender a evolução da proteção legal do patrimônio espeleológico, ressaltando a relevância do licenciamento ambiental como instrumento de prevenção e mitigação de danos, considerando a multiplicidade normativa e os distintos arranjos institucionais existentes no âmbito dos estados. O trabalho integra o Plano de Ação Nacional para Conservação do Patrimônio Espeleológico Brasileiro (PAN Cavernas do Brasil) e tem como objetivo o levantamento histórico dos marcos normativos sobre cavidades naturais subterrâneas em cada um dos estados brasileiros e Distrito Federal. O levantamento metodológico foi realizado a partir de consultas aos acervos públicos disponíveis em meios digitais, especialmente nos sites oficiais dos órgãos ambientais. Ademais, também estabeleceu-se contato direto com as instituições responsáveis pelo licenciamento em cada estado por meio de ligações telefônicas ou mensagens via e-mail, a fim de esclarecer dúvidas e obter melhores informações. Para organizar e monitorar essas interações, foi criada uma planilha através do software Excel contendo registros detalhados das respostas recebidas. Também pelo Excel, foi criada uma tabela comparativa, contendo as normativas que tratam sobre proteção espeleológica em cada estado. Esse procedimento garantiu maior sistematização e rastreabilidade das informações coletadas. Dessa forma, em um diagnóstico preliminar, verificou-se que alguns estados como Goiás, Tocantins, Piauí e Paraíba não possuem procedimentos específicos de licenciamento. Já os estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possuem legislações e normas mais detalhadas, além de planos de manejo espeleológico ou exigências específicas em processos de licenciamento. Também há estados como Amapá, Acre e Roraima que, mesmo sem procedimentos específicos, oferecem proteção indireta por meio de dispositivos constitucionais estaduais ou criação de unidades de conservação abrangendo cavidades naturais subterrâneas. Dessa maneira, concluiu-se que o diagnóstico, a princípio, evidencia a heterogeneidade de arcabouços normativos nos diferentes estados brasileiros, bem como lacunas de proteção ainda existentes.

Palavras-Chave: patrimônio espeleólogo, licenciamento ambiental , cavidade.

Link do pitch: <https://youtu.be/fndbaWlpVwo>

Sessão: 6

Número pôster: 164

Identificador deste resumo: 6467-19-5966

novembro de 2025